

EDITAL N.º 231/2017

DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CÂMARA MUNICIPAL - MANDATO 2017-2021

ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL LOUREIRO E SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBERGARIA-A-VELHA

FAZ PÚBLICO, em cumprimento do Código do Procedimento Administrativo, que a Câmara Municipal, em sua reunião de 27 de outubro de 2017, deliberou delegar, com faculdade de subdelegação, no Presidente da Câmara Municipal, as competências que se indicam:

Ao abrigo do disposto no artigo 34º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o Código do Procedimento Administrativo:

Do artigo 33º da citada Lei, as alíneas:

- d) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;
- f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- g) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1 000 vezes a RMMG;
- h) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da Assembleia Municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções;
- l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;
- q) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;
- r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
- t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;

- v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;
- w) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;
- x) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
- y) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
- bb) Executar as obras, por administração direta ou empreitada;
- cc) Alienar bens móveis;
- dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
- ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;
- ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
- gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
- ii) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
- jj) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
- kk) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
- ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
- mm) Designar os representantes do município nos conselhos locais;
- nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
- qq) Administrar o domínio público municipal;
- rr) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;
- ss) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;
- tt) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;



uu) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;

ww) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;

yy) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;

zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;

bbb) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado.

Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:

Do artigo 4º do citado diploma

"1. A título excecional, os fundos disponíveis podem ser temporariamente aumentados, desde que expressamente autorizado:

a) Pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, quando envolvam entidades pertencentes ao subsetor da administração central, direta ou indireta, e segurança social e entidades públicas do Serviço Nacional de Saúde;

b) Pelo membro do Governo Regional responsável pela área das finanças, quando envolvam entidades da administração regional;

c) Pelo órgão executivo, podendo, caso não possuam pagamentos em atraso e enquanto esta situação durar, delegar no respetivo presidente, quando envolvam entidades da administração local.

2. Quando os montantes autorizados ao abrigo do número anterior diverjam dos valores efetivamente cobrados e ou recebidos deverá a entidade proceder à correção dos respetivos fundos disponíveis.

3. A autorização a que se refere o n.º 1 é dispensada quando esteja em causa a assunção de compromissos suportados por receitas consignadas no que se refere à despesa que visa suportar."

Do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, adiante designado por RJUE, as seguintes competências:

n.º 2 do Artigo 4.º, ex-vi, n.º 1 do artigo 5.º – A concessão de licenças administrativas para a realização das seguintes operações urbanísticas:

a) As operações de loteamento;

b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;

c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;

d) As obras de conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como de imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;

e) Obras de reconstrução das quais resulte um aumento da altura da fachada ou do número de pisos;

f) As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução;

h) As obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, sem prejuízo do disposto em legislação especial;

i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.

Artigo 14.º e 16.º, ex-vi, n.º4 do Artigo 5.º – Aprovar informações prévias, nos termos previstos;

n.º4, Artigo 14.º, ex-vi, n.º4 do Artigo 5.º – Notificar o proprietário e os demais titulares de qualquer outro direito real sobre o prédio da abertura do procedimento;

Artigo 20.º, ex-vi, alínea y), n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Decidir sobre os projetos de arquitetura;

n.º6, Artigo 23.º, ex-vi, alínea y), n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Aprovar uma licença parcial para construção da estrutura, imediatamente após a entrega de todos os projetos das especialidades e outros estudos e desde que se mostrem aprovado o projeto de arquitetura e prestada caução para demolição da estrutura até ao piso de menor cota em caso de indeferimento;

Artigo 23.º, 25.º e 26.º, ex-vi, alínea y), n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Decidir sobre os pedidos de licenciamento;

Artigo 27.º, ex-vi, alínea y), n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Aprovar as alterações à licença de loteamento, com ou sem variação do número de lotes, que se traduzam na variação das áreas de implantação, de construção ou variação do número de fogos até 3 %, desde que observem os parâmetros urbanísticos ou utilizações constantes de plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território;

n.º 2 e 3, Artigo 49.º, ex vi, alínea g) do n.º3 do artigo 38.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Emitir certidões;

n.º7, Artigo 53.º, ex-vi alínea qq) do n.º1 do Artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Alterar as condições definidas na licença ou comunicação prévia de obras de urbanização

desde que tal alteração se mostre necessária à execução de plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território ou área de reabilitação urbana;

n.º4, Artigo 54.º, ex-vi alínea qq) do n.º1 do Artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Decidir sobre o reforço ou caução da caução;

Artigo 57.º, ex-vi, alínea y), n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Fixar as condições a observar na execução da obra com deferimento do pedido de licenciamento das operações urbanísticas;

n.º1, Artigo 58.º, ex-vi, alínea y), n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Fixar o prazo de execução da obra;

n.º1, Artigo 59.º, ex-vi alínea qq) do n.º1 do Artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Decidir sobre a execução faseada das obras e respetivas condições;

n.º2, Artigo 65.º e n.º1, Artigo 90.º, ex-vi, alínea w) do n.º1 do Artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Designar os técnicos que deverão integrar a comissão de vistoria nos termos e para efeitos previstos no RJUE;

Artigo 87.º, ex-vi alínea qq) do n.º1 do Artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Decidir sobre a receção provisória e definitiva das obras de urbanização;

n.º2, Artigo 89.º, ex-vi, alínea w) do n.º1 do Artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético;

n.º3, Artigo 89.º, ex-vi, alínea w) do n.º1 do Artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas;

Artigo 117.º – O fracionamento do pagamento das taxas referidas nos n.os 2 a 4 do artigo 116.º até ao termo do prazo fixado no alvará, desde que seja prestada caução nos termos do artigo 54.º.

Ao abrigo do disposto alínea a), do n.º1, do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o Código do Procedimento Administrativo:

- autorizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e respetivo pagamento em valor superior a € 149.639,37 e até ao montante de € 748.196,84, relativamente a cada uma das seguintes despesas: Transportes escolares; Encargos com empréstimos que estejam previamente aprovados pelo órgão deliberativo do Município; Transferência para a Associação Nacional de Municípios Portugueses, CIRA e outras Associações que integrem o Município de Albergaria-a-Velha.

Conforme alínea g), do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, autorizar despesas com o pessoal da Câmara Municipal, bem como os respetivos encargos a suportar pelo Município

em valor superior a € 149.639,37, caso seja ultrapassado o indicado valor, verificados que estejam os requisitos legais necessários ao seu pagamento, independentemente do seu montante (rubricas: despesas com pessoal – 0102-01 e todas as subrubricas). Autorizar o pagamento de salários a partir do dia 20 de cada mês, salvaguardando-se a possibilidade de pagamento em data anterior no mês de dezembro, garantindo que os vencimentos sejam recebidos antes do dia 24.

MAIS TORNA PÚBLICO QUE, por seu despacho, exarado em 30 de outubro de 2017, e no uso do poder de subdelegação concedido pela Câmara Municipal, na sua primeira reunião do Mandato 2017-2021, realizada a 27 de outubro de 2017, bem assim, da competência que lhe é conferida pelo n.º 2 do artigo 36º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

SUBDELEGOU AS SEGUINTE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, DELEGADAS EM REUNIÃO DE 27.10.2017, NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

No Sr. Vereador Dr. Delfim dos Santos Bismarck Álvares Ferreira

Do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

O artigo 33º, alínea t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município;

O artigo 33º, alínea w) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;

O artigo 33º, alínea y) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;

O artigo 33º, alínea ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, nos equipamentos que lhe estão afetos, pela distribuição de funções para o Mandato 2017-2021;

O artigo 33º, alínea qq) Administrar o domínio público municipal, nas áreas relacionadas com a Urbanização e Edificação;

O artigo 33º, alínea ss) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;

O artigo 33º, alínea tt) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;

O artigo 33º, alínea uu) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;

O artigo 33º, alínea zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município, nas áreas relacionadas com o Arquivo e Biblioteca Municipal;

Do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, adiante designado por RJUE, as seguintes competências:

n.º 2 do artigo 4.º, ex-vi, n.º 1 do artigo 5.º – A concessão de licenças administrativas para a realização das seguintes operações urbanísticas:

- a) As operações de loteamento;
- b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;
- c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;
- d) As obras de conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como de imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;
- e) Obras de reconstrução das quais resulte um aumento da altura da fachada ou do número de pisos;
- f) As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução;
- h) As obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, sem prejuízo do disposto em legislação especial;
- i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.

artigo 14.º e 16.º, ex-vi, n.º 4 do artigo 5.º – Aprovar informações prévias, nos termos previstos;

n.º 4, artigo 14.º, ex-vi, n.º 4 do artigo 5.º – Notificar o proprietário e os demais titulares de qualquer outro direito real sobre o prédio da abertura do procedimento;

artigo 20.º, ex-vi, alínea y), n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Decidir sobre os projetos de arquitetura;

n.º6, artigo 23.º, ex-vi, alínea y), n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Aprovar uma licença parcial para construção da estrutura, imediatamente após a entrega de todos os projetos das especialidades e outros estudos e desde que se mostrem aprovado o projeto de arquitetura e prestada caução para demolição da estrutura até ao piso de menor cota em caso de indeferimento;

artigo 23.º, 25.º e 26.º, ex-vi, alínea y), n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Decidir sobre os pedidos de licenciamento;

artigo 27.º, ex-vi, alínea y), n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Aprovar as alterações à licença de loteamento, com ou sem variação do número de lotes, que se traduzam na variação das áreas de implantação, de construção ou variação do número de fogos até 3 %, desde que observem os parâmetros urbanísticos ou utilizações constantes de plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território;

n.º 2 e 3, artigo 49.º, ex vi, alínea g) do n.º3 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Emitir certidões;

n.º 7, artigo 53.º, ex-vi alínea qq) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Alterar as condições definidas na licença ou comunicação prévia de obras de urbanização desde que tal alteração se mostre necessária à execução de plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território ou área de reabilitação urbana;

n.º 4, artigo 54.º, ex-vi alínea qq) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Decidir sobre o reforço ou caução da caução;

artigo 57.º, ex-vi, alínea y), n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Fixar as condições a observar na execução da obra com deferimento do pedido de licenciamento das operações urbanísticas;

n.º1, artigo 58.º, ex-vi, alínea y), n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Fixar o prazo de execução da obra;

n.º1, artigo 59.º, ex-vi alínea qq) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Decidir sobre a execução faseada das obras e respetivas condições;

n.º2, artigo 65.º e n.º1, artigo 90.º, ex-vi, alínea w) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Designar os técnicos que deverão integrar a comissão de vistoria nos termos e para efeitos previstos no RJUE;

artigo 87.º, ex-vi alínea qq) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Decidir sobre a receção provisória e definitiva das obras de urbanização;

n.º2, artigo 89.º, ex-vi, alínea w) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético;

n.º3, artigo 89.º, ex-vi, alínea w) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas;
artigo 117.º – O fracionamento do pagamento das taxas referidas nos n.ºs 2 a 4 do artigo 116.º até ao termo do prazo fixado no alvará, desde que seja prestada caução nos termos do artigo 54.º.

DELEGOU AS SEGUINTE COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE DA CÂMARA:

No Sr. Vereador Dr. Delfim dos Santos Bismarck Álvares Ferreira

Do artigo 35.º Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

alínea l), n.º 1 – Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos;

alínea j), n.º 2 – Conceder autorizações de utilização de edifícios;

alínea k), n.º 2 – Embargar e ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações, efetuadas por particulares ou pessoas coletivas, nos seguintes casos:

- i) Sem licença ou na falta de qualquer outro procedimento de controlo prévio legalmente previsto ou com inobservância das condições neles constantes;
- ii) Com violação dos regulamentos, das posturas municipais, de medidas preventivas, de normas provisórias, de áreas de construção prioritária, de áreas de desenvolvimento urbano prioritário ou de planos municipais de ordenamento do território plenamente eficazes;

Do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º136/2014, de 9 de setembro, adiante designado por RJUE, as seguintes competências:

n.º 5 do artigo 4.º, ex-vi, n.º3 do artigo 5.º do RJUE – A concessão da autorização de utilização dos edifícios ou suas frações, bem como as alterações de utilização dos mesmos;

n.º 2 do artigo 8.º – Direção da instrução do procedimento a que se refere a secção II, do Capítulo II do RJUE;

n.º 1, 2 e 7 do artigo 11.º – Saneamento e aperfeiçoamento dos pedidos ou comunicações apresentados nos termos do RJUE;

n.º 5, artigo 20.º, ex vi, n.º2 do artigo 36.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Prorrogar o prazo referido no número anterior, por uma só vez e por período não superior a três meses, mediante requerimento fundamentado apresentado antes do respetivo termo;

n.º 6 e 7, do artigo 58.º, ex vi, n.º2 do artigo 36.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Prorrogação do prazo de execução de obra;

artigo 75.º – Emitir o alvará para a realização das operações urbanísticas;

n.º 2 do artigo 76.º, ex vi, n.º 2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro
– Prorrogação do prazo para requerer o alvará;

artigo 79.º, ex vi, n.º2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro –
Proceder à cassação do alvará de licença de construção e da admissão da comunicação
prévia;

n.º1 do artigo 81.º, ex vi, n.º2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro –
Demolição, escavação e contenção periférica;

*artigo 91.º, ex-vi, artigo 107.º e 108.º do RJUE e alínea w) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da
Lei n.º75/2013, de 12 de setembro* – Tomar posse administrativa do imóvel;

artigo 93.º, ex-vi artigo 94.º – A fiscalização administrativa da realização de quaisquer
operações urbanísticas, independentemente de estarem isentas de controlo prévio ou da sua
sujeição a prévio licenciamento, comunicação prévia ou autorização de utilização;

artigo 98.º, ex vi, n.º2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro –
Instauração de processos de contraordenação

artigo 102.º-B, ex vi, n.º2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro –
Embargar obras de urbanização, de edificação ou de demolição, bem como quaisquer
trabalhos de remodelação de terrenos, quando estejam a ser executadas:

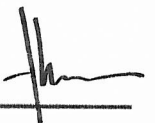
- a) Sem a necessária licença ou comunicação prévia;
- b) Em desconformidade com o respetivo projeto ou com as condições do
licenciamento ou comunicação prévia, salvo o disposto no artigo 83.º; ou
- c) Em violação das normas legais e regulamentares aplicáveis.

n.º1 do artigo 105.º, ex vi, n.º 2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro
– Ordenar a execução dos trabalhos de correção ou alteração, a que se referem as alíneas b) e
c) do n.º1 do artigo 102.º do RJUE;

*artigo 106.º, ex vi, alínea k) do n.º2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de
setembro* – Ordenar a demolição total ou parcial da obra ou a reposição do terreno nas
condições em que se encontrava antes da data de início das obras ou trabalhos, fixando um
prazo para o efeito;

*artigo 107.º, ex vi, alínea w) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de
setembro* – Determinar a posse administrativa e a execução coerciva das obras;

artigo 109.º, ex vi, n.º2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro –
Ordenar e fixar prazo para a cessação da utilização de edifícios ou de suas frações autónomas
quando sejam ocupados sem a necessária autorização de utilização ou quando estejam a ser
afetos a fim diverso do previsto no respetivo alvará.





SUBDELEGOU AS SEGUINTE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, DELEGADAS EM REUNIÃO DE 27.10.2017, NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

Na Sr.^a Vereadora Dr.^a Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes

Do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

O artigo 33º, alínea q) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;

O artigo 33º, alínea v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;

O artigo 33º, alínea gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;

O artigo 33º, alínea ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal - nos equipamentos que lhe estão afetos, pela distribuição de funções para o Mandato 2017-2021;

DELEGOU AS SEGUINTE COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE DA CÂMARA:

Na Sr.^a Vereadora Dr.^a Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes

Do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

O artigo 35º, n.º 1, alínea l): Assinar e visar a correspondência da Câmara Municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos – nas áreas relacionadas com a distribuição de funções estabelecida para o Mandato 2017-2021;

O artigo 35º, n.º 1, alínea d): Gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação;

SUBDELEGOU AS SEGUINTE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, DELEGADAS EM REUNIÃO DE 27.10.2017, NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

Na Sr.^a Vereadora Dr.^a Sandra Isabel Silva Melo de Almeida, com efeitos a partir de 27 de novembro de 2017

Do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

O artigo 33º, alínea ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal - nos equipamentos que lhe estão afetos, pela distribuição de funções para o Mandato 2017-2021;

O artigo 33º, alínea ii) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;





O artigo 33º, alínea jj) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;

O artigo 33º, alínea qq) Administrar o domínio público municipal, nas áreas relacionadas com a Ambiente e Qualidade de Vida;

DELEGOU AS SEGUINTE COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Na Sr.ª Vereadora Dr.ª Sandra Isabel Silva Melo de Almeida, com efeitos a partir de 27 de novembro de 2017

Do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

O artigo 35º, n.º 1, alínea l): Assinar e visar a correspondência da Câmara Municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos – nas áreas relacionadas com a distribuição de funções estabelecida para o Mandato 2017-2021;

O artigo 35º, n.º 2, alínea a): Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais;

O artigo 35º, n.º 2, alínea p): Conceder terrenos, nos cemitérios propriedade do município, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas;

TORNA AINDA PÚBLICO QUE, por seu despacho exarado em 23 de outubro de 2017 e no uso da competência prevista no n.º 6 do artigo 42º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delegou no Chefe do Gabinete de Apoio Pessoal, Dr. Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, a prática de atos de administração ordinária, nomeadamente os relacionados com expediente, correspondência diversa e autorização de pedidos internos necessários ao bom funcionamento dos serviços, incluindo a assinatura dos documentos e ofícios necessários à execução das tarefas.

E para constar e demais efeitos, se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo, na Internet, no sítio institucional do Município de Albergaria-a-Velha, em www.cm-albergaria.pt e no Boletim Municipal.

Paços do Município de Albergaria-a-Velha, 31 de outubro de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal,

António Augusto Amaral Loureiro e Santos

